



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

BRASÍLIA, DF, 8 DE NOVEMBRO DE 2000

Muito obrigado a todos pela presença. Agradeço especialmente aos nossos convidados que não trabalham no governo, que generosamente abriram espaço na agenda dos seus muitos e importantes afazeres para estar conosco hoje.

Eu os convidei aqui para compartilhar preocupações com os riscos da mudança do clima no planeta e suas implicações para o Brasil.

O tema não é propriamente novo. Entrou na pauta das Nações Unidas há dez anos, em 1990. A Convenção sobre Mudança do Clima adotada em 1992, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, recebeu a adesão de mais de 170 países. É um tratado praticamente universal, pelo qual o mundo se compromete com o objetivo de estabilizar a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que evite prejuízos graves à produção de alimentos e ao desenvolvimento econômico sustentado.

O tema não é novo para os especialistas que o estudam, para os diplomatas que tratam dele em nome dos governos. Mas ele remete a um desafio sem precedente na História da Humanidade. É um desa-

fio com o qual não só os especialistas, mas os governos e as sociedades como um todo terão que lidar daqui por diante.

Decisões importantes nesse sentido estão para ser tomadas, no plano internacional e no âmbito de cada país. Para dar consequência ao objetivo fundamental da Convenção sobre Mudança do Clima, foi adotado em 1997 o Protocolo de Quioto, que estabelece metas específicas de redução das emissões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos. Cinquenta e nove países, incluindo o Brasil, já aderiram ao protocolo. Sua entrada em vigor, dentro de dois ou três anos, terá impacto direto no orçamento dos governos, no funcionamento da economia e na vida cotidiana das pessoas, tanto dos países desenvolvidos como em desenvolvimento.

O Brasil tem tido um papel de relevo nas negociações internacionais a esse respeito, graças ao profissionalismo da nossa diplomacia e ao apoio de um grupo altamente qualificado de especialistas.

No ano passado, criei uma comissão interministerial para articular mais amplamente as ações do Governo brasileiro decorrentes da Convenção sobre Mudança do Clima.

Falta alguma coisa que na democracia é fundamental para que as ações de governo tenham eficácia – especialmente para que tenham continuidade, da qual depende a eficácia. Falta despertar a sociedade para o problema e possibilitar que ela se mobilize em relação às soluções.

O Fórum Brasileiro de Mudança Global do Clima é um instrumento para isso. Ele será presidido pelo Presidente da República e reunirá membros do Governo; pessoas de fora do Governo com notório conhecimento da matéria, ou que possam contribuir para a mobilização da sociedade; e, como convidados, os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os Governadores de estados e os Prefeitos das capitais. Será ao mesmo tempo um fórum de debates de alto nível e um instrumento de articulação da sociedade brasileira, através de câmaras temáticas, para a formulação e implementação das medidas relacionadas à mudança do clima.

Nossa presença aqui hoje ajuda a atrair a atenção do País para os objetivos do fórum. E espero que reforce o engajamento permanente de todos e cada um de nós no enfrentamento dessa questão.

A mobilização da sociedade depende muito da nossa capacidade de explicar em termos claros e diretos os fatos sobre a mudança global do clima. Os fatos básicos podem ser resumidos assim: nos últimos duzentos anos, a queima de carvão e derivados de petróleo pelo homem aumentou exponencialmente em razão do crescimento da população, à urbanização e à industrialização. Isso elevou a concentração na atmosfera de gás carbônico, metano e outros gases chamados “de efeito estufa”, isto é, gases que têm a propriedade de absorver e reter o calor do Sol. Os cientistas estão convencidos de que o fenômeno chegou a um ponto em que se tornou inevitável um aumento da temperatura média da Terra, acarretando mudanças no clima das diferentes regiões do planeta.

Ainda vai ser preciso esperar muitos anos para avaliar exatamente o ritmo, a extensão e as consequências dessas mudanças. O que não quer dizer que possamos esperar de braços cruzados. As consequências começarão a aparecer, talvez ainda na nossa geração, ou mais intensamente na geração dos nossos filhos e netos. E elas podem ser de tal monta que, na dúvida, a única atitude sensata é se antecipar a elas. Se a temperatura da Terra aumentar três graus Celsius ao longo do próximo século, conforme algumas previsões, o nível médio do mar pode subir cerca de meio metro, com imensos prejuízos para as populações e atividades econômicas situadas em ilhas e zonas costeiras de baixa altitude. Outras áreas podem ser duramente castigadas por secas ou chuvas torrenciais, mudanças na fertilidade dos solos, no estado das florestas e assim por diante. De um modo ou de outro, com maior ou menor intensidade, todo o planeta será afetado.

Antecipar-se significa, por um lado, preparar-se desde já para lidar com as consequências da mudança do clima, começando por aumentar nossa capacidade de previsão a respeito. Significa, por outro lado, tomar medidas de longo prazo para controlar a causa do problema, que é a emissão de gases de efeito estufa pela ação do homem.

A Convenção sobre Mudança do Clima e o Protocolo de Quioto acenam com a promessa de um amplo esquema de cooperação internacional para enfrentar esse problema em ambas as vertentes, da causa e das consequências.

Marx dizia que as sociedades só se colocam problemas que estão prontas para resolver. A mudança global do clima é um problema criado pelo homem que afeta, não esta ou aquela sociedade, mas toda a Humanidade em sua relação vital com o planeta Terra. As respostas a esse desafio sem precedente situam-se na fronteira da economia e da cultura, da ética e da política.

No âmbito da economia, é preciso rever idéias de desenvolvimento que signifiquem a mera projeção para o futuro da trajetória passada de crescimento dos países industrializados. O Clube de Roma, no começo da década de 1970, já havia questionado as projeções de crescimento econômico ilimitado, diante das possibilidades limitadas de expansão da oferta mundial de fontes de energia e matérias-primas. A questão da mudança global do clima repõe esse tipo de preocupação na ordem do dia em razão da oferta limitada de outro tipo de recurso essencial, que é a capacidade de a atmosfera assimilar as emissões de gases de efeito estufa. O desafio, em última análise, é repensar as perspectivas de crescimento da humanidade levando em conta a finitude dos recursos naturais do planeta. O Protocolo de Quioto equivale, desse ponto de vista, à explicitação prática, mensurável e abrangente do conceito de desenvolvimento sustentável, num instrumento de direito internacional que repercute ao mesmo tempo sobre o meio ambiente, energia, comércio e padrões de produção e consumo.

No plano da cultura, a resposta ao desafio começa pelo reconhecimento de que os atuais padrões de consumo dos países desenvolvidos se baseiam em níveis insustentáveis de desperdício de energia e emissão de gases de efeito estufa. Para dar um único exemplo: parece difícil reduzir significativamente o imenso desperdício de combustível no trânsito congestionado dos centros urbanos, enquanto o uso individual do automóvel continuar sendo supervalorizado culturalmente em detrimento das opções de transporte coletivo. Desenvolvi-

mento sustentável importa em mudanças tanto na base material como na hierarquia de valores da sociedade. O que é tarefa para artistas e intelectuais – para os produtores de cultura em geral – tanto quanto ou mais que para os economistas e engenheiros.

Do ponto de vista ético, coloca-se a questão da distribuição equitativa dos ônus relacionados à mudança global do clima. A concentração dos gases de efeito estufa foi causada basicamente pelas emissões dos países desenvolvidos nos últimos duzentos anos. No entanto, as conseqüências no próximo século serão sentidas por todos, principalmente pelos países mais pobres, que têm menor capacidade econômica de se adaptar a elas. O Brasil e outros países em desenvolvimento sustentam o princípio da responsabilidade comum mas diferenciada, ou seja: os ônus relacionados à mudança do clima devem ser repartidos entre todos os países de acordo com a responsabilidade objetiva de cada um pelo aumento da temperatura da Terra. A Convenção sobre Mudança do Clima adotou esse princípio. Em razão dele, os países desenvolvidos se obrigam a tomar a iniciativa de reduzir suas emissões, enquanto as emissões dos demais países ainda terão que aumentar para atender às suas necessidades de desenvolvimento e alívio da pobreza. A convenção também prevê que os países desenvolvidos apoiem os países em desenvolvimento, com transferência de tecnologia e de recursos financeiros, para que eles façam o inventário das emissões locais de gases de efeito estufa e tomem medidas de adaptação aos impactos ambientais causados pelos países desenvolvidos.

As negociações sobre mudança do clima incorporam, desse modo, o tema da nova ordem econômica internacional, que foi tão discutido, com tão poucos resultados, nas décadas de 1970 e 1980. Mas o incorporam num contexto diferente, em que a aspiração de equilíbrio das relações Norte-Sul é ao mesmo tempo reforçada e modificada por outro tipo de preocupação, mais universal e imperativa: a preocupação com a sustentabilidade a longo prazo da vida no planeta. Dito de outra maneira, o sentido de responsabilidade da atual geração pelas chances de sobrevivência e bem-estar das gerações futuras.

As diferenças de interesse Norte-Sul não podem ser subestimadas, mormente por um país como o Brasil, que luta com todas as forças para se livrar do atraso e elevar as condições de vida do seu povo. É inaceitável, por outro lado, que essas diferenças sirvam de desculpa para o impasse nas negociações internacionais. A consequência do impasse seria a fragmentação de interesses e o isolamento dos países e blocos de países. Este é um cenário internacional que não traz resposta, nem para as aflições presentes do povo brasileiro, nem para o futuro do planeta.

Acredito que o maior de todos os desafios está no campo da política. Ele diz respeito à nossa capacidade de avançar, com flexibilidade mas com determinação, na construção dos consensos necessários para que as grandes promessas da Convenção sobre Mudança do Clima saiam do papel.

As dimensões do território, da população, da economia e do estoque de recursos naturais dentro de nossas fronteiras fazem do Brasil um dos principais atores na negociação do regime internacional sobre mudança do clima. A diplomacia brasileira, substantivamente apoiada no conhecimento acumulado pelos nossos cientistas – vários deles aqui presentes, – tem tido um papel relevante e invariavelmente construtivo nesse processo, tanto em termos de negociação como de conceitos novos.

A partir de uma proposta brasileira, o Protocolo de Quioto incorporou um instrumento de cooperação internacional denominado “mecanismo de desenvolvimento limpo”. Ele estimula o apoio dos países desenvolvidos a projetos que reduzam as emissões nos países em desenvolvimento, permitindo que seus resultados sejam abatidos das metas de redução das emissões nos países desenvolvidos. Para o Brasil e outros países em desenvolvimento, esta pode vir a ser uma importante fonte de financiamento de projetos de desenvolvimento de tecnologias limpas em diferentes setores.

Dentro de poucos dias, os países signatários da Convenção sobre Mudança do Clima se reunirão em Haia, em mais uma das conferências anuais previstas pela convenção. O Brasil comparecerá a essa confe-

rência com uma delegação importante, chefiada pelo Ministro Ronaldo Sardenberg, incluindo membros do Governo e representantes da sociedade civil. Isto sinaliza o nosso empenho em que essa conferência traga avanços na implementação do Protocolo de Quioto. Um avanço importante, do nosso ponto de vista, seria a criação do Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, com a adoção dos termos de referência para o seu funcionamento e a inclusão do Brasil entre os seus membros. O êxito da conferência é o sinal que eu espero para solicitar ao Congresso Nacional a ratificação do Protocolo de Quioto, contando que outros países façam o mesmo.

A pauta das negociações técnicas e jurídicas é extensa e complexa, e com certeza não será esgotada em Haia. E as decisões são adotadas somente por consenso entre todos ou quase todos os países partes da convenção.

A necessidade de consenso absoluto tem sido utilizada por alguns países para tentar obter vantagens nas negociações. Eventualmente, verifica-se uma aliança tácita entre o desejo de obter vantagens para um país e o interesse de certos grupos, dentro do país, de retardar indefinidamente qualquer medida efetiva de redução das emissões.

Nessas condições, a obtenção de consensos com alguma eficácia prática parece às vezes uma aposta irrealista. Eu acredito que ela é, mesmo assim, um caminho viável, porque acredito na capacidade dos países e dos grupos sociais de alcançarem uma compreensão mais ampla do seus interesses.

A mídia e as organizações não-governamentais têm desempenhado um papel fundamental nesse sentido, expondo à opinião pública os interesses particularistas que ameaçam bloquear as decisões por consenso. A diplomacia brasileira encara as ONGs ambientalistas brasileiras e internacionais como parceiros fundamentais na construção do regime internacional sobre mudança do clima. O que o Brasil advoga nos fóruns internacionais condiz com o que praticamos dentro das nossas fronteiras nessa matéria.

De acordo com o compromisso assumido nos termos da Convenção sobre Mudança do Clima, devemos apresentar no próximo ano a

primeira comunicação nacional sobre o inventário das emissões locais de gases de efeito estufa. Ela trará uma contribuição significativa para a metodologia de estimativa das emissões num país tropical, com vastos setores agrícola e silvicultor. Nossa comunidade científica também desenvolve trabalhos relevantes em relação à modelagem numérica da mudança global do clima e à compreensão das interações entre a atmosfera e a biosfera em nosso território, notadamente na Amazônia.

Mais de 90% da energia elétrica que consumimos são geradas em usinas hidrelétricas. Nossa frota de automóveis utiliza uma combinação de combustível fóssil – a gasolina – e renovável – o álcool. Só esses dois fatos já nos colocam numa posição de avanço, mesmo em relação aos países que têm metas quantitativas de redução da emissão de gases de efeito estufa. Para além disso, estamos engajados em programas importantes de eficiência energética e conservação de energia.

Determinei a diferentes órgãos do Governo que analisem todos os setores de atividade do País do ponto de vista da mudança do clima. O setor de silvicultura merece uma atenção especial, pela sua potencialidade de contribuir para mitigar a concentração dos gases de efeito estufa.

As medidas relacionadas à mudança do clima não representam necessariamente uma limitação para as nossas perspectivas de desenvolvimento. Boa parte – sou tentado a dizer, a melhor parte – dos empresários brasileiros já se deu conta disso, e está atenta, especialmente, às perspectivas que podem se abrir com a implementação do mecanismo de desenvolvimento limpo.

Admite-se, numa estimativa conservadora, que essas medidas mobilizarão 1,3% do PIB mundial nos próximos anos. No Brasil, isso corresponderia a um montante superior a 10 bilhões de dólares anuais, o que pode representar um fardo ou uma oportunidade, dependendo das políticas adotadas pelo Governo, das iniciativas da sociedade e das ações negociadas internacionalmente.

O Brasil vem fazendo a sua parte, de acordo com seu potencial de cooperação internacional e sem negligenciar o compromisso maior com a melhora das condições de vida do seu povo.

O tema da mudança do clima, com todos os riscos que apresenta, é fascinante pela maneira como nos obriga a uma nova compreensão das relações entre o individual e o coletivo, o local e o global, o particular e o universal.

Aprendi uns dias atrás que algo tão prosaico como o arroto de um boi, multiplicado pelos milhões de cabeças do rebanho brasileiro, representa uma fonte de metano que tem um impacto mensurável no clima global. Ações individuais tão corriqueiras como usar um automóvel no dia-a-dia fazem de cada um de nós ao mesmo tempo agente e paciente do drama civilizatório posto em marcha pelo aquecimento do planeta.

Diante do inusitado e da complexidade desse drama, penso que a única postura sensata é a que nos trouxe aqui hoje: a disposição de compartilhar amplamente informações no âmbito do Governo e da sociedade; a franqueza para explicitar diferenças de interesse e de opinião; a confiança na possibilidade de consenso em torno dos valores fundamentais do desenvolvimento sustentável.

As respostas ao desafio não se produzirão por obra e graça da “mão invisível do mercado”, nem tão-somente pela varinha de condão da tecnologia. Elas dependem, insisto, de ação política, e ação política em escala global. Ação que por sua vez convoca à cena histórica uma “cidadania planetária”, para usar a expressão que entrou em voga a partir da ECO-92.

Acredito que com nosso encontro de hoje, e seus desdobramentos nas atividades do Fórum Brasileiro de Mudança Global do Clima, estamos inaugurando um mecanismo eficaz de articulação entre o Governo e a sociedade nesta matéria, fortalecendo o papel protagonista do Brasil nas negociações internacionais e dando um passo significativo no sentido da constituição dessa nova cidadania.